



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

RECURSO nº , de 2016.

Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Recorro, com fundamento no art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao Plenário, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

O recurso nº 5389/2016 pretendia, nos termos do art. 32, inciso VIII, alínea “e”, combinado com o art. 139, II, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho inicial exarado ao Projeto Decreto Legislativo nº 119 de 2015, a fim de que se incluía a apreciação do mérito também pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

O despacho inicial ao PDC nº 119/2015 determinou o exame do mérito pelas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

O §3º do art. 231 da Constituição Federal, fundamento normativo do referido PDC, trata do aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas. Já a alínea “e”, do inciso VIII, do art. 32 do RICD afirma que é matéria de competência da CDHM “assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas; regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.

Assim, pelas razões então expostas, foi solicitada a revisão do despacho inicial ao Projeto de Decreto Legislativo nº 119 de 2015, para que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) também se manifestasse quanto ao mérito do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Ocorre que, em 29/11/2016, o Presidente da Câmara dos Deputados indeferiu os Requerimentos n. 5.388/2016, n. 5.389/2016 e n. 5.390/2016, porque, supostamente, as matérias versadas nos Projetos de Decreto Legislativo n. 118/2015, n. 119/2015 e n. 120/2015 não se enquadrariam no campo temático da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, delimitado no inciso VIII do art. 32 do RICD.

Ora, conforme demonstrado no requerimento de redistribuição, o PDC nº 119/2015 trata da exploração de recursos hídricos em terras indígenas. Nos termos da alínea “e”, do inciso VII, do art. 32 do RICD, compete à Comissão de Direitos Humanos e Minorias “assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas; regime das

terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.

Assim, com o devido respeito, é óbvio o enquadramento do PDC 119/2015 no campo temático da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, diferentemente do decidido pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, conto com o apoio dos pares para rever a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento 5389/2016.

Sala das sessões, 13/12/2016.

Deputado CHICO ALENCAR
PSOL/RJ